

CONSCIÊNCIA AMBIENTAL DO TERESINENSE: DETERMINANTES HISTÓRICOS-SOCIAIS

Maria do Socorro Teixeira Mello Sales* (UESPI)

GT 14 – Ensino de Ciências e Educação Ambiental

INTRODUÇÃO.

Este artigo faz um resgate histórico de acontecimentos locais, nacionais e internacionais que contribuíram para a formação de uma consciência ambiental no teresinense e analisa os reflexos dessa conscientização no aspecto verde da zona urbana da cidade.

Os dados utilizados neste trabalho foram extraídos da pesquisa realizada para a elaboração da dissertação de mestrado “Educação Ambiental: a preservação do verde na zona urbana da cidade de Teresina/Pi”, defendida em janeiro de 2004 junto a UFPI, pela autora deste artigo.

O recorte temporal desse estudo compreende desde o início da formação da zona urbana de Teresina, quando a limpeza das ruas e calçadas era obrigação dos cidadãos, passando pelas primeiras manifestações espontâneas em defesa do verde, pelo surgimento dos movimentos sociais e a formação das primeiras ONGs, até chegar ao aparecimento das entidades de defesa do meio ambiente, no século XX e início do século XXI.

O aspecto verde da zona urbana de Teresina foi avaliado, considerando a influência da educação ambiental; a participação dos movimentos populares e as ações políticas, econômicas e institucionais, na construção da paisagem atual da cidade.

Teresina, em sua concepção original de cidade barroca, segue uma diretriz em que as ruas retilíneas ao se cruzarem, vistas do alto, só não se assemelham mais a um tabuleiro de xadrez porque o verde dos quintais e das praças, quebra a monotonia do traçado. (MELLO SALES, 2004; ROLNIK, 1995, 1999).

O verde da mata nativa na Chapada do Corisco, à época da fundação da cidade era formada em grande parte pelas copas das palmeiras de babaçu. Esse cenário de babaçuais, paulatinamente, dá lugar à cidade de Teresina. Os seus habitantes diversificam os tons de verde do lugar, ao plantarem nos quintais das casas, uma grande variedade de fruteiras. Nas ruas, calçadas e praças, por recomendação dos Códigos de Posturas, consolida-se o processo de arborização da cidade. (MELLO SALES, 2004)

A composição desse cenário, que ainda hoje encanta os seus visitantes com um misto de curiosidade e simpatia, impressionou, já em 1899, o escritor maranhense Coelho Neto, que batizou Teresina de “Cidade Verde”. Este Cognome é hoje uma afirmação já bastante questionada pelos teresinenses.

TERESINA CIDADE VERDE. OU TERESINA, CIDADE VERDE?.

* Engenheira Civil
Mst em Desenvolvimento e meio Ambiente

Dada a característica interdisciplinar do tema estudado, “o verde na zona urbana da cidade de Teresina”, e a impossibilidade de esgotá-lo, esse trabalho explora o tema a partir dos seguintes questionamentos.

- 1 O verde de Teresina é o resultado de um processo natural ou é uma solução encontrada pelos teresinenses para amenizar o calor?;
- 2 As ações governamentais têm favorecido a preservação do verde urbano, nos níveis recomendados pelas agendas internacionais?;
- 3 A Educação Ambiental da população tem influência na preservação do verde na zona urbana de Teresina?;
- 4 Teriam os movimentos ambientalistas influência na preservação do verde da cidade?.

As questões acima foram discutidas e analisadas neste trabalho com a finalidade de estabelecer possíveis relações de causa e efeito na formação da consciência ambiental do teresinense.

Ao verificar se o verde de Teresina é o resultado de um processo natural ou é uma solução encontrada pelos teresinenses para amenizar o calor, constatou-se que as características físico-ambientais de Teresina e o rápido crescimento populacional da cidade têm feito com que a vegetação arbórea (principalmente a frutífera) dos quintais, ruas e praças, apareça não só como uma manifestação espontânea da natureza, mas também como uma solução criativa da população para atenuar as elevadas temperaturas locais.

As condições ambientais favoráveis ao desenvolvimento de vegetação arbórea, o tamanho dos lotes distribuídos à época da fundação da cidade (lotes de 40 braças quadradas) e a legislação referente aos códigos de postura do século XIX, disciplinando o comportamento do teresinense para o plantio e preservação das árvores frutíferas, exemplificam algumas das soluções criativas encontradas, pelo teresinense, para amenizar o calor e complementar sua renda familiar.

A conjugação de fatores como: condições ambientais, legislação e criatividade do teresinense possibilitaram o estabelecimento de uma importante massa verde de quintais na cidade, decorrente da destinação de áreas não edificadas nos imóveis - os quintais, para a formação de pequenos pomares e área de sombra, que possibilitaram e ainda hoje possibilitam a distribuição homogênea na composição do verde da cidade que tanto impressiona os seus visitantes.

O verde dos quintais, em Teresina, embora venha se reduzindo ao longo do tempo, ainda é bastante expressivo correspondendo em média a 20% das áreas edificadas (MELLO SALES, 2004).

Para se verificar as ações governamentais e a influência das agendas internacionais na formação e na preservação das áreas verdes da cidade, realizou-se uma retrospectiva da formação do verde da zona urbana de Teresina.

Os Códigos de Postura do século XIX, levantados neste trabalho, datados de 1854¹, 1867, 1880 e 1890, a legislação estabelecida no início do período Republicano e consolidada a partir da década de 1970, demonstram a preocupação institucional com a necessidade de

¹ Nas terras da mesma câmara ninguém poderá derribar árvores frutíferas de qualquer das espécies de que se faz uso, salvo porém se o serviço de alinhamento, edificações e plantio mais proveitoso o exigirem: aos infratores multa de dez reis, e se forem escravos por elles responderam seus senrs, ou cinco dias de cadeia (TERESINA, 1854).

formação de uma massa verde urbana e de uma conscientização ambiental do teresinense para a solução dos problemas ambientais locais².

Como resultado desse processo de conscientização, resultante do trabalho institucional, podem ser citadas as manifestações de repúdio ao corte de árvores, denúncias ao IBAMA do corte de vegetação arbórea em condomínios, ruas e praças da cidade e uma maior conservação da vegetação das áreas públicas que está ocorrendo nos últimos anos e que pode ser vista nas ruas e praças da cidade.

As políticas governamentais, porém, não só ajudam na preservação do verde urbano local mas também trazem alguns prejuízos importantes para a sua preservação. Na década de 1960, teve início a construção dos primeiros conjuntos habitacionais em Teresina.

A Política Habitacional para a construção de imóveis residenciais provoca desmatamentos de áreas nativas com a retirada de material de construção e para a localização dessas pequenas cidades satélites, muitas delas em áreas ribeirinhas e alagadiças da cidade, antes abandonadas, por serem insalubres.

Para a redução dos custos com infraestrutura, decorrentes da necessidade de drenagem, calçamento, rede de distribuição de água e energia elétrica nos conjuntos habitacionais, observa-se uma tendência de redução do tamanho dos lotes e conseqüente diminuição das áreas verdes dos quintais que se agravam com as reformas e ampliações pós-ocupação desses imóveis.

Enquanto as áreas verdes de quintais diminuía, as áreas verdes de acesso público aumentavam na cidade.

A partir da década de 1970, com o início das grandes conferências³, as agendas internacionais contribuem para o aumento das áreas verdes públicas. Embora essas agendas não tenham força de lei, nos países signatários, elas influem na legislação federal, estadual e municipal induzindo a criação dos parques ambientais, como áreas de lazer para a população e na criação de órgãos fiscalizadores do meio ambiente, nas três esferas de governo (CONAMA, IBAMA, Secretarias de Meio Ambiente, Ministério do Meio ambiente, etc.) .

As conferências internacionais sobre Meio Ambiente e Educação como Estocolmo e Tbilisi, realizadas na década de 1970, tiveram reflexos na Constituição Federal de 1988, e a Rio 92 e as agendas Habitat, da década de 1990, marcaram sua influência no Estatuto da Cidade de 2001.(BRASIL,1988, 2001)

As conferências internacionais, de certa maneira, tiveram reflexos na Política de Meio Ambiente do Município de Teresina. A Lei 2475/96 que dispõe sobre a política de proteção, conservação, recuperação e desenvolvimento do meio ambiente e sobre a instituição da EA em todos os níveis de ensino, reflete bem essas influências.

O rebatimento da legislação ambiental federal em nível municipal, resultou numa legislação bastante avançada, que regulamenta o uso do solo urbano, a preservação do patrimônio ambiental da cidade, a arborização e as diretrizes para o estabelecimento de um desenvolvimento local sustentável. Existe, porém, uma

LOTES URBANOS

1854	–	80 x 80 m	=	6.400 m ²
1960	–	10 x 30 m	=	300 m ²
1980	–	10 x 22 m	=	220 m ²
2000	–	8 x 16 m	=	144 m ²

(MELLO SALES, 2004)

VERDE PÚBLICO

1970	2,00 m ² /hab
1993	2,00 m ² /hab
1998	4,80 m ² /hab
2000	7.00m ² /hab

² Documentos expostos no arquivo público por ocasião dos 150 anos da cidade.

³ Estocolmo e Tbilisi sobre educação e meio ambiente, a Rio-92 e as agendas Habitat, relacionadas as condições de moradia digna e direito ao meio ambiente sadio e ainda as discussões do final do século sobre controle de poluição, em Jonhesburg, são alguns dos acontecimentos internacionais com repercussão nos países signatários das agendas resultantes deste eventos.

discussão quanto ao cumprimento e fiscalização destas leis pelas entidades constituídas.

A influência das conferências internacionais na legislação local, pode ser notada ainda

ÍNDICE DE ARBORIZAÇÃO

Curitiba	55,00 m ² /hab
João Pessoa	39,00 m ² /hab
Washington	117,00 m ² /hab
Amsterdam	80,00 m ² /hab
Rio de Janeiro	9,00 m ² /hab
São Paulo	1,00 m ² /hab
Porto Alegre	< 1,00 m ² /hab.

(MELLO SALES, 2004)

no Plano Diretor da Cidade, o Agenda 2015, que tanto procura atender às recomendações, da agenda 21 – Cidades Sustentáveis quanto às orientações das Agendas Habitat, que são repassadas pela União aos Municípios por meio da Lei do Estatuto da Cidade.(TERESINA, 2002)

Para detectar a influência dessas agendas na evolução da área verde pública da cidade⁴, procedemos a uma pesquisa em publicações da Prefeitura Municipal entre 1970 e 2000 quando constatamos um aumento significativo das áreas verdes de acesso público da cidade nos últimos 30 anos, passando esta de 2,0 m²/hab. em 1970 para 7,00 m²/hab em 2000. (TERESINA, 1970, 1993, 1998, 2000)

Embora as agendas internacionais não determinem índices de arborização mínimos para as

zonas urbanizadas, o verde de acesso público da cidade de Teresina, encontrados neste trabalho para o ano de 2001, é de 10,05 m²/hab, representando as áreas verdes públicas, ou 17,54 m²/hab se considerarmos juntas a essas, as áreas verdes potencialmente coletivas, áreas de órgãos públicos, ou 29,59 se considerarmos também, os 20% de índice de verde em relação às áreas edificadas, dos quintais. A área verde de quintais, hoje, em Teresina é bastante representativa (12 m²/hab), considerando que a maioria das cidades brasileiras não alcançam o índice de área verde de 12,00 m²/hab, preconizado no Brasil como ideal a uma boa qualidade de vida nas zonas urbanas. (MELLO SALES, 2004).

A regulamentação para criação e preservação de áreas verdes no espaço urbano da cidade é resultado de uma legislação ambiental iniciada com os códigos de postura, influenciados pela legislação portuguesa da época, que por sua vez procurava amenizar a fome que assolava a Europa, e consolidada na legislação atual com forte influência das agendas internacionais.

Constatada as influências das condições físico-ambientais e das agendas internacionais através da legislação local, era preciso verificar também a influência do comportamento da população, através da sua educação ambiental, na preservação do verde da cidade. E para contemplar esse objetivo, respondemos a terceira questão de pesquisa: A Educação Ambiental (EA) da população tem influência na preservação do verde na zona urbana de Teresina?

A Educação do teresinense para a formação de uma consciência ambiental se inicia com os códigos de postura no século XIX, tentando criar uma cultura de preservação da vegetação frutífera na cidade como já vimos anteriormente.

Como consequência dessa época, surgiram os quintais arborizados, os quais definiram a cor predominante da cidade que impressionou o escritor Coelho Neto em 1899.

A educação formal nas escolas estaduais e municipais de Teresina, em geral, é pouca ou não é aplicada no ensino fundamental, conforme podemos constatar em entrevistas com professores das duas redes de ensino. A preocupação em ensinar a ler e contar, para melhorar

⁴ Áreas verdes são espaços onde há predomínio de vegetação arbórea em áreas não impermeabilizadas e que exercem funções estéticas e ecológicas nas áreas urbanas. Podem ser: **Particulares** – Jardins, quintais e chácaras; **Potencialmente coletivas** – Os clubes, escolas e universidades. **Públicas** – Parques, praças e cemitérios (LIMA et al., 1996)

os índices de Desenvolvimento Humanos (IDH), sufoca a transversalidade curricular da EA. (MELLO SALES, 2004; PNUD, 1998)

Embora a Educação Formal não tenha sido o foco desta pesquisa, pois essa se restringiu mais à educação não-formal, foram encontrados alguns relatos de EA nas escolas já na década de 1950, quando uma das entrevistadas referiu-se às comemorações do dia da árvore, na época que era estudante na Escola Normal de Teresina, e quando outro entrevistado descreveu como aconteceu a arborização da Av. Santos Dumont, que, segundo ele, foi uma iniciativa dos professores do Grupo Escolar Dom Severino, contando com a participação dos alunos na plantação das mudas. (MELLO SALES, 2004)

A EA não-formal, por meio da conscientização da população para a preservação das árvores da cidade, realizadas nos parques ambientais e nos meios de comunicação, tem contribuído com a formação de uma massa verde expressiva na zona urbana de Teresina, dando, ainda hoje, um aspecto verde à cidade. A falta de estrutura dos órgãos fiscalizadores, porém, coloca algumas das áreas de preservação em completo abandono e sujeitas a invasões.

A televisão, como veículo de grande penetração nos lares teresinense, também tem tido papel fundamental na transmissão de conteúdos na área ambiental. Programas como “Ondas Verdes”, na TV Educativa, e o “Clube Comunidade” na TV Clube, são exemplos do início da utilização da televisão local para formação da consciência ambiental do teresinense já no final da década de 1980, seguidos, posteriormente, pelos programas “Aguapé”, “Trilhas de Rumos”, e outros que hoje estão levando a EA à cidade, nesse tipo de veículo de comunicação.

O rádio, a TV e a imprensa escrita, representam grande fonte de informação que a maioria das crianças e das famílias teresinenses possuem sobre meio ambiente. Os jornais, ainda no século XIX, eram usados para ensinar hábitos de higiene à população. Hoje a TV é o veículo de maior aceitação na divulgação destes ensinamentos, em função da vasta penetração que tem nos lares brasileiros.

Joana Aires Silva e Luis Carlos Sales (2001, p. 18), pesquisando quais as fontes que mais contribuíam no processo de construção de representações sociais, sobre meio ambiente, em alunos do ensino fundamental em Teresina, constataram que a televisão contribuía, nesse processo, com 80% e a escola com 70%. As revistas com 32% e os jornais com 30%, e por último, com 16%, a família. Segundo os autores, a indicação da televisão por 80% dos alunos demonstra a importância desse meio de comunicação para levar conteúdos ambientais à população, bem como a importância secundária da escola nesse contexto.

O processo histórico de EA do teresinense desenvolvido pelos códigos de postura, pela imprensa escrita, pela educação formal instituída pelas leis e mais recentemente, com a contribuição do rádio e da Televisão, junto a exuberância do verde da cidade, esse somatório de fatores contribuiu para a formação de sua consciência ambiental e, conseqüentemente, para o orgulho e apego que o Teresinense sente pelo verde da sua cidade.

Constatada as influências relatadas acima, resta verificar se os movimentos ambientalistas tiveram influência na preservação do verde da cidade.



Embora tenham sido encontradas manifestações populares isoladas, como é o caso de artigos escritos por Iglesias, 1913 e João Gabriel Batista em 1958, além de uma legislação de preservação da vegetação arbórea desde o início da formação da cidade, não encontramos movimentos organizados em defesa do meio ambiente urbano, antes de 1950 em Teresina.

Os movimentos sociais em Teresina surgem com os movimentos eclesiais de base nos bairros e mostram a preocupação de algumas entidades em educar para o convívio social. Esses movimentos são alimentados pela ação pastoral desenvolvida pela igreja católica com a chegada do bispo Dom Avelar e com a criação de organismos de repercussão social e educacional de pensamento progressista.

Na segunda metade da década de 1970, a partir da formação dos grupos de jovens, com a chegada dos padres italianos, passam a ser discutidos os problemas das comunidades e esses jovens vão formando uma consciência dos problemas que os afligem, como fome, habitação, saneamento e liberdade de expressão. Esses grupos de jovem evoluem para a formação de associações de bairro, que mais tarde se congregam em federações.

Embora esses grupos não tenham na pauta de reivindicação principal as questões ambientais, os problemas urbanos são à base dos movimentos daquela época. Temas como solidariedade, melhores condições de habitação, saneamento e fome são os enfoques principais. Esses grupos evoluem da fase panfletária para a ação junto aos órgãos públicos, já no final da década de 1970.

Enquanto ocorriam as grandes conferências, final da década de 1970 para o início da década de 1980, os estudantes e a população civil, também, organizavam-se em defesa do meio ambiente e fundavam as primeiras entidades. A mais importante dessa época é a Fundação Rio Parnaíba (FURPA), que existe até hoje, com grande atuação em Teresina e no Estado.

São dessa época, também, as primeiras manifestações populares em favor das árvores de Teresina. Um grupo de estudantes universitários, entre eles Alcides filhos e Paulo Machado, abraçam os “Angicos Brancos” da AGESPISA. Os movimentos estudantis, atentos aos acontecimentos da época, geralmente, bem informados pelos meios de comunicação, aos poucos vão conseguindo a adesão das organizações governamentais à causa do meio ambiente. Essa consciência se manifesta em alguns protestos realizados em defesa de árvores, a exemplo das palmeiras destruídas por queimadas, na Universidade Federal do Piauí no final da década de 1970, das manifestações em defesa da Palmeirinha na av. Miguel Rosa em 1970, a revolta contra o corte das árvores na Av. Santos Dumont em 1992, e as carnaúbas da Av. Maranhão, por ação do ministério público, no século XXI.

A ampliação do movimento ambientalista, em nível nacional, resultou na criação de algumas entidades não governamentais e instituições nos governos estaduais, municipais, bem como nas universidades.

Esses movimentos sociais locais participam hoje de maneira efetiva na elaboração das políticas públicas, como o Orçamento Participativo da Prefeitura Municipal e Agenda 21 local. Consta na publicação do Agenda 2015, a Agenda 21 local, a participação de 40 associações de bairros de Teresina na sua elaboração. (TERESINA, 2002)

Como são poucos os trabalhos sobre o verde das cidades brasileira, a relevância deste trabalho está no resgate histórico que faz do verde de Teresina, no estabelecimento de índices de áreas verdes para a sua zona urbana e na definição da importância dos quintais para a formação do aspecto verde da cidade.

Este estudo evidencia a necessidade de se incluir parâmetros ambientais na definição do tamanho dos lotes urbanos para que Teresina continue a ser chamada de “Cidade Verde”.

Consideramos que alguns parâmetros devem ser incorporados aos códigos de zoneamento e obras da Prefeitura para melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes. Índice de Impermeabilização dos lotes urbanos, índice mínimo de cobertura vegetal. e

distância de deslocamento máxima aos parques ambientais, além de uma distribuição homogênea das áreas verde públicas são alguns dos parâmetros relacionados nesse trabalho.

CONCLUSÃO

Na busca de fatos históricos que pudessem evidenciar o apego do teresinense pelo verde da cidade, um achado, nesta pesquisa, foi considerado emblemático.

Em 1970, no cruzamento da Av. Miguel Rosa com a Rua Clodoaldo Freitas (antiga Rua da Palmeirinha) existia uma Palmeira de Babaçu. Um certo dia, na calada da noite, o prefeito de Teresina, da época, mandou derrubar a tal palmeira, alegando que era para melhorar o tráfego naquelas vias. O dia seguinte foi marcado por choro e protesto de toda ordem. Vários populares fizeram discursos. Os moradores da Rua Palmeirinha e adjacências ficaram inconformados com a perda. Talvez porque, no inconsciente coletivo daquela população, a retirada daquela palmeira representasse simbolicamente a derrubada de todos os babaçuais da Chapada do Corisco.

A escolha do incidente da palmeirinha para concluir este trabalho deve-se ao fato de existirem, naquele acontecimento, todos os elementos ou fatores que têm contribuído para o processo de conscientização ambiental do teresinense e especialmente para evidenciar o seu apego pelo verde da cidade. Dentre os elementos ou fatores que ali estavam presentes, destacam-se a ação governamental atuando na execução do Plano de Desenvolvimento Local Integrado da Cidade de 1970, com a abertura de uma grande avenida av. Miguel Rosa; um exemplar de uma Palmeira de Babaçu, representando a mata nativa da cidade; o apego dos habitantes à vegetação nativa da região que lhe serve de referência física e histórica; a organização de pessoas em torno de uma causa, como acontecia no início do ambientalismo; e a mobilização da imprensa na cobertura dos fatos, divulgando os acontecimentos, ora em defesa do verde, ora em defesa do crescimento da cidade. Tudo isso acontecendo ainda num período de exceção política

O corte sincrônico dado ao incidente da Palmeirinha serviu para congelar, nos quase dois anos da realização desta pesquisa, todos os elementos e questões que aparecem na trama deste trabalho e que, de forma conjugada, concorreram para revelar o apego do teresinense pelo verde de sua “Cidade Verde”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Estatuto da Cidade**: guia para implementação pelos municípios e cidadãos. 2001.

BATISTA, J.G. O Parnaíba na Economia Piauiense. **Revista Econômica Piauiense**. Teresina, v. 1 n 3, 1957.

IGLÉSIAS, F.A. **Caatinga e Chapadões**. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

LIMA, A.M.L.P.; CAVALHEIRO, F.; NUCCI, J.C.; SOUZA, M.A.L.B.; FIALHO, N.O ; DEL PICCHIA, P.C.D. *Problemas de utilização na Conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos*. In: **Congresso Brasileiro sobre Arborização Urbana, II**, São Luiz/MA, 18-24/09/94. Anais. p. 539-550.

MELLO SALES. M S. T. **Educação Ambiental**: A preservação do verde na zona urbana de Teresina. Dissertação de Mestrado. UFPI. Jan/2004.

PNUD, IPEA, IBGE, FJP. **Desenvolvimento Humano e condições de Vida**: Indicadores Brasileiros. Brasília. 1998

SILVA, J. A.; SALES, L. C. Educação ambiental: representações sociais de meio ambiente de alunos de 8ª série do ensino fundamental em escolas públicas estaduais de Teresina-PI. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DO NORTE E NORDESTE, 15., 2001, São Luís. **Anais...** São Luís: UFMA, 2001.

TERESINA; Aspectos e Características. **Perfil 1993**. Teresina: Ed. Prefeitura de Teresina. 1994.

_____. Prefeitura Municipal de Teresina. **Teresina Agenda 2015** - Plano de Desenvolvimento Sustentável. Teresina. Agosto de 2002.

_____. Prefeitura Municipal de Teresina. **Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Teresina** – PMT. 1969.

_____. Prefeitura Municipal de Teresina. **Documento I do Relatório de Avaliação do Projeto Vila-Bairro**. Contexto geral de concepção do Projeto Vila-Bairro. OFERTA – Assessoria e Consultoria Ltda. Março de 2000.

_____. Prefeitura Municipal de Teresina. **Plano Municipal de Habitação**. Secretaria Municipal de Habitação e Urbanismo – SEMHUR. 1997.

_____. Prefeitura Municipal de Teresina. **Teresina em Dados**. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação – SEMPLAN. 1998.

_____. Prefeitura Municipal de Teresina. **Plano de Desenvolvimento Integrado de Teresina**. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação – SEMPLAN. 1997.

_____. Prefeitura Municipal de Teresina. **Visão Sumária do Macro Planejamento de Teresina. 1997/2000.** Secretaria

ROLNIK, R. **Regulação Urbanística e exclusão territorial.** São Paulo. Editora do Ins. Polis. 1999.

ROLNIK, R. **O que é cidade.** São Paulo. Editora Brasiliense. 1995.